



ACÓRDÃO Nº550/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11874/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Nelson Abrahim Fraiji (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Adriana Mirian de Miranda Trindade Barbosa – OAB/AM 5300, Ricardo Maia de Souza – OAB/AM 6420 e Marcao Aurélio de Carvalho Martins – OAB/AM 4777.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 377/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Recomendação.
Encaminhamento. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Nelson Abrahim Fraiji**, responsável pela Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM, no curso do exercício 2015, com fulcro nos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM e, ainda:
- 10.2. **Recomendar** à Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM que:
 - 10.2.1. Sigam as diretrizes dispostas no art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos, mormente no que tange à aprovação da Minuta de Contrato por Assessoria Jurídica competente, a fim de que a presente impropriedade não torne a ocorrer;
 - 10.2.2. Observem com maior cautela os requisitos necessários à Dispensa de Licitação prevista no art. 24, inciso IV e art. 26,



ACÓRDÃO Nº550/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

parágrafo único, inciso I a III, ambos da Lei nº 8.666/93;

- 10.2.3.** Nas próximas aquisições, adote os cuidados necessários para que seja cumprido fielmente o previsto no instrumento normativo pertinente;
- 10.2.4.** Adotem as providências necessárias ao aperfeiçoamento do Inventário de Estoque;
- 10.2.5.** Crie mecanismos que promovam a melhoria da integração, articulação e diálogo institucional entre a FHMOAM, a SEFAZ/AM e o Fundo Estadual de Saúde – FES/AM, com o intuito de melhorar a coerência entre planejamento e orçamento;
- 10.2.6.** Em situações futuras, passe a observar com rigor os procedimentos necessários à prorrogação de contratos, com ou sem repactuação de preços, como indispensável à prática de consulta preliminar de preços praticados no mercado, de modo a perceber se a prorrogação é realmente mais vantajosa para o ajuste, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e art. 30, p. Segundo, da IN nº 02/08-SLTI;
- 10.2.7.** Adote, junto à SUSAM, as providências necessárias à realização de concurso público, a fim de preencher a necessidade de profissionais no quadro da Fundação HMOAM.

- 10.3. Encaminhar** cópia do Relatório/Voto, do Laudo Técnico da DICOP, bem como da decisão que vier a ser proferida nestes autos ao Tribunal de Contas da União - TCU, para conhecimento e providências que entender necessárias, no que concerne às impropriedades reunidas pela Unidade Técnica responsável pela análise de Obras e Serviços de Engenharia;

- 10.4. Dar ciência** ao Responsável, **Sr. Nelson Abrahim Fraiji**, sobre o deslinde do feito.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Junho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº550/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral